

O ESPÍRITO SANTO E A OCUPAÇÃO DE SEU TERRITÓRIO AO NORTE DO RIO DOCE: A FUNDAÇÃO DA COMPANHIA TERRITORIAL DE COLATINA

Helmo Ballarini

Mestrando PPGHIS-UFES

Estilague Ferreira dos Santos

Pós-doutor pela Universidade de Lisboa, professor aposentado (UFES)

Resumo

O artigo trata da criação de uma companhia de fomento pela venda de terrenos acima da margem esquerda do Rio Doce (A Companhia Territorial de Colatina) no governo de Nestor Gomes nos anos 1920, inserindo a criação desta companhia de fomento e outras ações feitas naqueles anos de 1920 dentro de um contexto em que a ocupação do território do Espírito Santo estaria ligada à centralidade e "*capitalidade*" de Vitória – a capital do estado - a partir do crescimento econômico a sua volta. Esse projeto - de centralidade e "*capitalidade*" - começara, de forma incipiente, com Silva Pontes, Francisco Rubim e Couto Ferraz na primeira metade do século XIX e seria melhor sistematizada por Muniz Freire e outros políticos aliados à imprensa nos anos de 1880 e então retomado nos anos de 1920.

Palavras-chave: Companhia Territorial de Colatina, Estado do Espírito Santo, elite local.

Abstract

This paper issues the creation of a company to promote sales of land located at left bank of Rio Doce (named "Companhia Territorial de Colatina" – means territorial company of Colatina) during Nestor Gomes government in the 1920s. This fact and others actions in 1920 are discussed in a context of land occupation of Espírito Santo State linked to an economic expansion radiated from Vitória – the state capital. Vitória's role, as core and capital from irradiation of Espírito Santo State development, was an enterprise that started in the first half of 19th century, in an incipient way, with Silva Pontes, Francisco Rubim and Couto Ferraz and it would be better systematized by Muniz Freire and other press political allies in 1880, and resumed in 1920s.

Keywords: Territorial Company of Colatina, State of Espírito Santo, local elite.

Introdução

A colonização e ocupação do território que hoje conhecemos como o Espírito Santo teve início na primeira metade do século XVI, com a chegada dos portugueses. O povoamento da região foi regulado inicialmente pelas leis ibéricas e pelo regime de sesmarias. Com o advento do Império, pelo movimento de independência, surge uma nova política definida durante o governo imperial brasileiro na qual destacam-se como principais norteadores da ocupação do território capixaba: uma política de núcleos coloniais e a Lei de Terras de 1850, esta, regulamentada em 1854 pelo decreto 1318 que criou o Registro Geral de Terras Públicas.

A expansão da fronteira agrícola no século agrícola no século XIX, no sentido sul-norte, a partir do vale do Paraíba, Rio de Janeiro, com o deslocamento de populações que acompanharam essa expansão, somada à influência da cultura do café sobre a imigração estrangeira trouxeram consequências significativas para o desenvolvimento do povoamento do Espírito Santo. Entretanto, o Norte do Espírito Santo, até o fim do século XIX e início do XX, era considerado despovoado, de difícil acesso e inóspito. As principais vias de penetração da região centro norte eram fluviais, a partir dos rios Piraquê Açu, Doce e São Mateus.

Percebe-se a ocupação das terras ao norte do Rio Doce a partir do fim do século XIX, com maior ênfase a partir do início do século XX, e o avanço sobre a “exuberante” floresta que cobria a região, fomentada por políticas de governo e obras como a construção da ligação ferroviária entre Minas Gerais e Espírito Santo, da construção da ponte sobre o rio Doce em Colatina – considerado limite natural que impedia a marcha do povoamento – e da criação de uma companhia para o loteamento e venda de terras em pequenas propriedades – *Companhia Territorial de Colatina* – com forte incentivo do governo estadual. Estas medidas, de melhoria da infraestrutura de comunicação e da criação de uma companhia de fomento, permitiram o aumento do fluxo migratório para a região norte de descendentes de italianos e alemães de segunda e terceira geração que seriam um excedente populacional criado pelo elevado crescimento vegetativo das famílias de colonos, pelo costume dos imigrantes italianos, em particular, de apenas o filho mais velho em herdar terras da família e, aliada a essas duas causas, a falta de terras disponíveis no sul do Estado. (BORG, PACHECO e ROSA, 1996, p. 74). Todavia,

como veremos ao longo deste trabalho, pesquisas apontam para a existência de iniciativas de povoamento da região ainda no alvorecer da época colonial.

Identificar e localizar a criação da companhia de fomento para a venda de terrenos acima da margem esquerda do rio Doce no governo de Nestor Gomes é o principal objeto deste trabalho. Pretendemos também, quando possível, colocar esta e outras ações assumidas pelos governos do estado na década de 1920, dentro da hipótese levantada por Estilaque Ferreira dos Santos (SANTOS, 2005), que discutiremos na seção *Colonização, povoamento, vias de comunicação e elites locais*.

Colonização e povoamento do Espírito Santo

Faremos, agora, uma análise de algumas obras produzidas sobre o Espírito Santo e, em especial, as que tratam da ocupação de seu território, com ênfase na sua região norte, próximo e acima do rio Doce.

Sobre o povoamento da região norte do Espírito Santo, temos referências em Ivan BORG, Renato PACHECO e Léa Brígida Rocha de Alvarenga ROSA que desenvolveram uma pesquisa sobre o assunto, abordando um período de cento e cinquenta anos – do início do século XIX até meados do século XX (1810 a 1960). Este trabalho foi publicado de forma condensada pela EDUFES em 1996 com o título *“Norte do Espírito Santo: Ciclo Madeireiro e Povoamento”* (BORG, PACHECO e ROSA, 1996).

Para os autores, a expansão da fronteira agrícola no século XIX, no sentido sul – norte a partir do vale do Paraíba, Rio de Janeiro, provocou várias tentativas de colonização – oficiais ou particulares – do norte do Espírito Santo. (BORG, PACHECO e ROSA, 1996, p. 61). Mesmo assim, ainda ao final do século XIX, a ocupação das terras ao norte do rio Doce – apesar dos quase 200 km de litoral – não ocorreu, e só viria a deslanchar na segunda metade do século XX, pouco antes do término do “ciclo madeireiro” por eles analisado [1810-1960]. Segundo os autores, *“o rio Doce era o limite natural entre o norte de terras devolutas e o sul em processo de colonização, detendo temporariamente a marcha do povoamento”*

(BORGHO, PACHECO e ROSA, 1996, p. 64) e, além disso, consideraram a precariedade e ausência de estradas e meios de comunicação como barreiras a serem vencidas para efetiva e total *ocupação do norte do Espírito* (BORGHO, PACHECO e ROSA, 1996, p. 91).

Esses autores apontam que no início do século XX surgiu a possibilidade de modificação daquele quadro de abandono e da falta de vias de comunicação e penetração nas terras ao norte do rio Doce com a construção da Estrada de Ferro Vitória a Minas, importante fator dinamizador da região. E, ao final da terceira década do século XX, soma-se à via férrea, outro fator de peso: a construção da ponte sobre o rio Doce em Colatina entre abril de 1927 e março de 1928. (BORGHO, PACHECO e ROSA, 1996, p. 107).

A obra de BORGHO, PACHECO e ROSA em seu primeiro capítulo disserta sobre as florestas da região norte, destacando a importância da extração da madeira para a economia do Estado e a consequente destruição da cobertura florestal daquela região.

A pesquisa ressalta que, em relação ao povoamento do norte espírito-santense, o interesse estatal pela região existiu desde o início da colonização e se manifestou através de ordenações que regulamentavam a posse e o uso da terra. Na época colonial, as leis ibéricas e o regime de sesmarias desempenhavam este papel. No período Imperial, um marco importante é a lei número 601 de 1850, Lei de Terras, que versava sobre as terras devolutas. A lei de 1850 foi regulamentada em 1854 pelo decreto 1318 que criava o Registro Geral de Terras Públicas. No âmbito estadual, uma regulamentação significativa seria a lei de número 1148 do governo de Bernardino Monteiro, promulgada em fins de 1917 e com a vigência a partir de janeiro de 1918. Nesta lei estadual foi instituído um processo de terras que privilegiava a concessão de pequenos lotes rurais de extensão máxima de 60 hectares. Esta lei vigorou até 1929 quando foi modificada pela lei número 1711 do governo de Aristeu Borges de Aguiar. A nova lei manteve grande parte da lei anterior, mas aumentou a extensão dos lotes individuais para 150 hectares para lavoura e para 200 hectares quando destinadas a pecuária. (BORGHO, PACHECO e ROSA, 1996, p. 66-68).

Assim, acompanhado o povoamento do norte do Espírito Santo desde o século XVI - quando era feito de forma incipiente por três grandes linhas de penetração através dos rios Piraquê Açu, Doce e São Mateus – passando pelo período Imperial e a política de criação de colônias, os pesquisadores acreditam que o *grande fluxo migratório para a região norte do Espírito Santo ocorre no alvorecer do século XX com descendentes de italianos e alemães de segunda e terceira geração*. Estas gerações seriam um excedente populacional criado pelo crescimento vegetativo das famílias dos colonos estrangeiros. Tal excedente ocorria, segundo os autores, devido ao costume dos imigrantes italianos de apenas o filho mais velho em herdar as terras da família e, aliado a isto, a falta de terras disponíveis no sul do Estado. Esta corrente migratória ocorreu a partir da primeira Guerra Mundial e intensificou-se após a construção da ponte sobre o rio Doce em Colatina no ano 1928 (BORG, PACHECO e ROSA, 1996, p. 74-75).

Especificamente sobre a Ferrovia Vitória a Minas, sua gênese – ainda no fim do século XIX -, sua construção e sobrevivência antes de ser encampada pelo Estado nos anos de 1940, temos o trabalho solo da pesquisadora Lea Brígida (ROSA, 1985) no qual a autora defende que o empreendimento logrou êxito, mesmo que precariamente, devido ao transporte de madeira inicialmente e depois com o transporte de passageiros e do principal produto agrícola da região: o café. Do volume do transporte de madeira, a autora infere o crescente desmatamento da região e do crescimento do transporte de passageiros e conclui pelo crescimento do povoamento das zonas de influência da estrada de ferro.

Em resumo, o estudo de Léa Brígida – que vai até o ano de 1940 – enxerga a ferrovia como uma importante via de transporte e do desenvolvimento da região por onde ela passava porque até a construção da ferrovia o norte do estado estava isolado e não se poderia utilizar suas potencialidades econômicas em proveito das parcas finanças do Estado. Para a autora, com a construção da estrada de ferro, o Espírito Santo duplica sua região produtiva e que, sob a influência da estrada de ferro Vitória a Minas, passa-se a exploração das terras devolutas daquela região e tem-se a criação de novos aglomerados urbanos e a ligação perene do norte com o restante do estado e principalmente com a Capital Vitória – sem sofrer os revesses de chuvas fortes. Assim, a ferrovia cria uma estrutura de escoamento fazendo de suas estações ponto de convergência de *picadas* que logo se transformaram em

estradas de rodagem para o transporte dos produtos da área rural (ROSA, 1985, p. 128).

Gabriel Bittencourt (BITTENCOURT, 1982; BITTENCOURT, 1987; BITTENCOURT, 2006), também faz considerações sobre o povoamento e ocupação do território capixaba. Este autor afirma a importância da cultura do café para o desenvolvimento do estado do Espírito Santo e acompanha o crescimento dessa cultura pela sua expansão a partir do norte fluminense chegando ao sul do Espírito Santo (BITTENCOURT, 1982, p. 47-48 e 2006, p. 170).

Segundo Bittencourt, o binômio imigrante estrangeiro e produção de café voltada para a exportação foi o responsável pela institucionalização, no século XIX, da pequena propriedade em terras capixabas (BITTENCOURT, 1987, p. 38) diferente de outras unidades da federação em que a pequena propriedade surgira ligada ao mercado interno. Ele associa, ainda, o alargamento da fronteira agrícola na região de influência do rio Doce, “*quase totalmente desabitada*” até o século XIX, com a diversificação da lavoura e a implantação da cacauicultura já no século XX (BITTENCOURT, 1987, p. 25-26).

Nascido em Vitória no fim do século XIX, filho de imigrantes italianos, o engenheiro e intelectual Luiz Serafim Derenzi recupera a contribuição dos imigrantes italianos para o Espírito Santo (DERENZI, 1974). Ele faz um histórico das tentativas de colonização desde os setecentos, das primeiras colônias, da política imperial de núcleos coloniais e no desenvolvimento de seu livro dedica algumas páginas a localidade de Colatina, que recebera este nome em homenagem a esposa do ex-presidente do Estado Muniz Freire (DERENZI, 1974, p. 71).

Serafim Derenzi também afirma a importância, para o desenvolvimento da região do vale do rio Doce, dos trilhos da Estrada de Ferro Vitória a Minas, da ação dos madeireiros e da política de incentivo do governo do Estado – presidente Jerônimo Monteiro (1908-1912) – para a extração madeireira com a criação da Serraria Barbados (DERENZI, 1974, p. 73).

Derenzi fala do isolamento da parte norte acima do rio Doce e destaca a figura do presidente Nestor Gomes (1920-1924) como artífice da mudança daquele quadro com a criação da “*Cia. Territorial, primeira autarquia do Estado*” e a instalação de uma balsa para a travessia do rio, que seria substituída pela ponte construída no

governo seguinte de Florentino Avidos (1924-1928), consolidando a possibilidade de povoamento e progresso da região (DERENZI, 1974, p. 73-74).

O trabalho de Nara Saletto, cujo objetivo é o de esclarecer a contribuição do negro, do mulato e do branco pobre brasileiro na formação da classe trabalhadora do Espírito Santo, também trata do povoamento, colonização e da estrutura agrária do Estado (SALETTTO, 1996). A autora refaz histórico do povoamento e colonização do estado desde os tempos colonial e imperial em busca de superar o “isolamento” do Espírito Santo e destaca as figuras de Muniz Freire e Jerônimo Monteiro e suas tentativas de modernização lembrando que

Tanto no caso de Muniz Freire como no de Jerônimo Monteiro, a ação do Estado, no sentido de promover mudanças que estimulassem o desenvolvimento, esbarrou não apenas na penúria da receita fiscal mas no que constituía a causa desta: a debilidade da economia capixaba, seu baixo potencial de acumulação e diversificação, problemas que, justamente, a ação governamental procurava resolver (SALETTTO, 1996, p. 35).

Este círculo vicioso seria rompido com a alta do preço do café e do volume exportado no início dos anos de 1920. A boa fase permitiu maior sucesso para as iniciativas dos governos de Nestor Gomes e Florentino Avidos. A dívida externa foi negociada e o Estado recuperou o seu crédito no mercado financeiro, ocorreu uma expansão do sistema bancário, aumentaram-se os investimentos em serviços públicos e diversificação da economia. A Capital Vitória foi remodelada, com o alargamento e pavimentação de ruas e avenidas, construíram-se novos prédios públicos, surgiram novos bairros, um novo teatro. Criaram-se ferrovias (E. F. Itapemirim no sul e E.F. de São Matheus, ao norte). O porto de Vitória recebeu obras criando um cais de atracação para atender melhor o crescimento do volume de café a ser exportado bem como cresceu a quantidade de casas exportadoras. Saletto destaca também a edificação em Colatina da ponte sobre o rio Doce “*que estabeleceu a ligação rodoviária com o norte do estado e abriu a margem esquerda do Rio Doce à expansão do café*” (SALETTTO, 1996, p. 35-36).

Para Nara Saletto, o crescimento da produção não ocorreu com a concentração de terras, mas por meio de pequenas propriedades que foram sendo adquiridas pelos pais para os filhos, com a renda obtida. Assim foram ocupadas as terras no centro e ao sul do rio Doce (SALETTTO, 1996, p. 43-44). Quando estas terras até ao sul do rio

Doce se esgotaram foi aberta uma nova fronteira no lado norte do vale do rio Doce que recebeu imigração espontânea de colonos europeus por volta de 1916 e também “*foram promovidos grandes loteamentos de terras devolutas, inicialmente através de uma Companhia Territorial e depois diretamente pelo Estado*” que ganharia maior impulso com a edificação da ponte sobre o rio Doce em Colatina. Esta corrente migratória não seria originariamente européia e sim de descendentes. Seriam novas gerações vindas das antigas colônias ao sul do vale rio Doce e também de regiões mais ao sul do Estado como Venda Nova e Iconha, como identificado também nos estudos de Derenzi e de Borgo, Pacheco e Rosa. Segundo a autora este movimento migratório “*atingiu o auge nos anos [19]30 e se prolongou até [19]50*” (SALETTTO, 1996, p. 161).

No trabalho da professora Vilma Paraíso F. de Almada (ALMADA, 1993) no qual ela lança a hipótese de que

[...] o Espírito Santo deve ao dinamismo da chegada de milhares de imigrantes nacionais – mais do que à divisão de suas grandes propriedades, ou à existência de núcleos coloniais de imigrantes europeus – a nova organização da produção e a nova estrutura fundiária que ali se implantaram no decorrer das primeiras décadas do século XX (ALMADA, 1993, p. 49),

são explicitados alguns pontos divergentes com o trabalho da professora Nara Saletto, contudo, não nos ateremos às divergências mas sim aos pontos convergentes entre as autoras que julgamos relevantes ao desenvolvimento deste ensaio.

Após análise dos censos demográficos entre 1890 e 1950 das regiões dos vales dos rios Doce, Itapemirim e Itabapoana, Vilma Almada conclui que, com pequena variação a favor do rio Itabapoana na região sul,

[...] a população de cor marcou decisivamente sua presença em todas as frentes cafeeiras do Espírito Santo, contribuindo não apenas no povoamento, mas, principalmente no trabalho, tanto no sul quanto no centro-norte do Estado (ALMADA, 1993, p. 49).

Em relação à população estrangeira, continuando sua análise dos censos demográficos, a pesquisadora identifica que

Coerentemente com os resultados da política de criação de núcleos coloniais, bem como da ação das *Companhias Territoriais*

particulares [sem grifo no original], constatamos que, em 1920, os estrangeiros no Espírito Santo concentravam-se nas regiões do vale do rio Doce e do vale do Itapemirim [...] (ALMADA, 1993, p. 25),

apesar de contribuírem com uma parcela pequena da população total – 7,3% no vale do rio Doce e 5,3 % para o vale do Itapemirim.

Vilma Paraíso Almada ao fazer sua análise do crescimento demográfico dos municípios cafeeiros ao longo do século XX destaca

O Crescimento demográfico do vale do rio Doce conservou-se dinâmico no decorrer do Século XX. [...]. O crescimento do município de Colatina/Linhares, no período 1920-1940 torna-se mais significativo se considerarmos que ele, além de ser o maior do Espírito Santo, suplantou o crescimento médio anual do Estado do Paraná [...] (ALMADA, 1993, p. 20-21).

A pesquisadora identifica, ainda, em suas análises que “*nas regiões cafeeiras dos vales do rios Doce e Itapemirim a maioria dos estrangeiros tornou-se proprietária de terras*” mas, no “[...] *vale do Itabapoana, porém, - distante dos loteamentos organizados pelo governo ou por Companhias Territoriais – além de absorver pequeno número de estrangeiros [...] não lhes facilitava o acesso à terra [...]*” (ALMADA, 1993, p. 26).

Destacamos aqui a inferência da autora a partir de sua análise para o ano de 1920 na qual a região do vale do rio Doce não detinha a primazia do total de unidades produtivas, mas detinha um número maior de pequenas propriedades, o que ela atribui ao “[...] *resultado do povoamento organizado pelo Estado através de concessões feitas à Companhias Territoriais [...]*” (ALMADA, 1993, p. 31).

É importante destacar o trabalho do pesquisador Lucílio da Rocha Ribeiro que trata a contribuição da história da imigração italiana para o município de Colatina (RIBEIRO, 1996). Ele também, inicialmente, traça um histórico da imigração estrangeira desde o início do século XIX e, em seguida, como iniciativa da política imperial. Localiza o início da imigração italiana a partir da segunda metade da década de 1870 e a sua efervecência e a partir de 1888. É a partir deste ano que também são fundados os núcleos coloniais Acioli de Vasconcelos, Costa Pereira, Afonso Cláudio, Santa Leocádia, Nova Venécia, Demétrio Ribeiro, Moniz Freire e Antônio Prado. Este último, em particular, é especial para o trabalho de Ribeiro e para o nosso, porque a partir deste núcleo surgiria Colatina.

Sobre o itinerário dos imigrantes italianos desde a Capital Vitória até a sede do núcleo colonial de Antonio Prado, conforme Lucílio Ribeiro, eram percorridos 52 km em canoas pelo rio Santa Maria da Vitória até o porto de Cachoeiro de Santa Leopoldina – atual município de Santa Leopoldina. Depois por via terrestre em picadas pelo meio da mata, percorria-se 28 km até Santa Teresa e mais 46 km até a sede do núcleo colonial de Antônio Prado, na barra do rio Mutum (RIBEIRO, 1996, p. 50).

Santa Leopoldina fora fundada em 1856 e emancipada em 1882. Alguns anos depois foi criada a *Comissão de Medição de Terras e Colonização* na ex-colônia de Santa Leopoldina com objetivo principal colonizar as áreas até o rio Doce. A comissão era chefiada pelo engenheiro Jacinto Adolpho de Aguiar Pantoja e iniciou as atividades em 1887 (RIBEIRO, 1996, p. 19-20).

Em relatório sobre as atividades da Comissão que chefiava, de 31 de janeiro de 1889, o Sr. Pantoja sugere a construção de um barracão para a acolhida e um porto na margem direita do rio Doce para o desembarque de imigrantes próximo a foz do rio Santa Maria do rio Doce e a construção de uma estrada de 20 km de lá até a sede do núcleo Antonio Prado. A medida aperfeiçoaria o transporte dos imigrantes da Capital até o núcleo tornando a viagem menos penosa e mais barata para os cofres públicos, justificava Pantoja (RIBEIRO, 1996, p. 38-39).

Conforme a sugestão do engenheiro Pantoja foi construído o “*Barracão do Santa Maria*” e o porto. Por volta de meados de 1893 surge a designação de “*vila de Colatina*” em editais de concessão de lotes para construção de casas naquela localidade (RIBEIRO, 1996, p. 66). Em março de 1890, a sede da Comissão de Medição de Terras e Colonização na ex-colônia de Santa Leopoldina transfere-se para Linhares e a viagem dos imigrantes para o núcleo Antonio Prado passa a ter novo itinerário: de Vitória a Regência, pelo mar. Depois de Regência ao porto na foz do rio Santa Maria do rio Doce em canoas ou em pranchas (RIBEIRO, 1996, p. 56).

Ribeiro traça o crescimento de Colatina desde as suas primeiras casas e comércios e chegando aos anos de 1920 traça os “FATORES DETERMINANTES DO PROGRESSO DE COLATINA” em que destaca a criação, no governo de Nestor Gomes, da Companhia Territorial e da construção da ponte sobre o rio Doce ao fim

do governo Florentino Avidos, além da chegada dos trilhos da Estrada de Ferro Vitória a Minas em 1906 (RIBEIRO, 1996, p. 89).

Colonização, povoamento, vias de comunicação e elites locais

O historiador Estilaque Ferreira dos Santos sistematiza e articula o povoamento, a ocupação do solo, a colonização estrangeira e as vias de comunicação (SANTOS, 2005).

Ele analisa o isolamento e a falta de dinamismo da capitania do Espírito Santo, desde o início da colonização com uma economia açucareira incipiente e o agravamento da situação com as ordenações da época do descobrimento de metais preciosos no interior da Colônia. Um conjunto de fatores somados - *crise da produção para a exportação, isolamento relativo da capitania, reduzida capacidade de penetração da colonização para o interior, baixo crescimento populacional e sobrevivência ameaçadora de grupos indígenas refratários ao processo de colonização* – levavam ao quadro de estagnação da Capitania. Já no fim do século XVIII era colocada a questão estratégica de como quebrar o “círculo vicioso” e criar-se um “círculo virtuoso”. Foi com a nomeação de Antonio Pires da Silva Pontes para governar a Capitania, na virada do século XVIII para o XIX, que surgiu o primeiro projeto de revitalização. O governador Silva Pontes liberou e incentivou a navegação do rio Doce e pretendia restabelecer a ligação marítima direto com Lisboa, procurando “*a centralização das exportações da região no porto de Vitória e era um projeto fundamentado essencialmente no desenvolvimento de Vitória e de sua região. Naquele momento, ele visualizou, inclusive, a necessidade de povoar o vale do rio [Doce]*” (SANTOS, 2005, p. 47-48).

O plano de Silva Pontes já vislumbrava a necessidade de evitar o domínio do Rio de Janeiro sobre o comércio do Espírito Santo. Teria sido ai com “[...] *Silva Pontes, portanto pela primeira vez, a administração centralizada em Vitória formulava um claro projeto de desenvolvimento regional, centrado em Vitória, mas com os olhos postos no desenvolvimento integral do território da antiga ‘Capitania’*”. Essa ideia de

Silva Pontes, mesmo não tendo o sucesso esperado, resurgiria, com adaptações, no futuro com outros governantes (SANTOS, 2005, p. 49).

Ainda no período Colonial, a ligação com Minas deixa de ser tentada pelo rio Doce e muda-se para o vale do Santa Maria da Vitória onde se queria construir uma estrada. A Estrada seria iniciada em 1814 por Francisco Alberto Rubim, iniciativa apoiada por D. João VI. Foi uma obra demorada, de alto custo e que foi subutilizada. O fracasso inicial do empreendimento levou as autoridades a enxergarem que a viabilidade da ligação com Minas Gerais exigia “[...] o desenvolvimento populacional e comercial de Vitória e de toda a região servida pela estrada [...]” (SANTOS, 2005, p. 52). Por isso os responsáveis pela construção da estrada também fizeram a primeira tentativa de colonização com “estrangeiros” – 50 casais de açorianos que foram instalados onde hoje é o município de Viana, região cortada pela estrada a ser construída,

[...] numa clara demonstração de que já naquela altura prevalecia o entendimento de que a viabilização da via de transporte implicava o desenvolvimento populacional (através da criação de núcleos coloniais) e comercial da região, desenvolvimentos esses que implicavam, por sua vez, a adequação dos meios de transporte (SANTOS, 2005, p. 53).

O processo da independência em 1822 não tráz grandes modificações e a visão de um Espírito Santo estagnado, como outrora, continua *assombrando* as elites locais. A ideia da importância da imigração estrangeira como fator primordial para a revitalização da capitania tomava corpo entre os membros da elite política e administrativa local. Foi com o presidente Luiz Pedreira do Couto Ferraz, em 1847, que ocorreu o assentamento de 163 imigrantes alemães formando a primeira colônia de imigrantes estrangeiros: Santa Isabel. Analisando o relatório apresentado por Couto Ferraz à Assembleia Legislativa do Espírito Santo em 23 de maio de 1847, Estilique Ferreira dos Santos infere que

[...] a implantação da primeira colônia efetivamente estrangeira no Espírito Santo fazia parte do velho projeto de ativar o desenvolvimento da capital, Vitória, através da viabilização da estrada que ligava essa cidade à província de Minas Gerais [e] deixa muito claro [...] a estreita conexão que se fazia entre vias de comunicação, povoamento e colonização [...] (SANTOS, 2005, p. 57).

Em 1856 é fundada a Colônia de Santa Leopoldina com o assentamento de imigrantes. Em 1860, é enviado pelo governo suíço o Barão von Tschudi para averiguar a situação de seus conterrâneos. Na análise das observações de Tschudi quanto aos motivos de escolha da localização da colônia, Santos acredita que a crítica do enviado do governo suíço revela

[...] com precisão é que a política de assentamento de núcleos coloniais no interior da província do Espírito Santo estava envolvida, por um lado, como se reconhece comumente, em um projeto de reconstrução regional, proposto pelo governo imperial e dentro de uma macro-visão estratégica para o país, mas centrava-se também, por outro lado, e essencialmente, no desenvolvimento da cidade de Vitória e dos interesses comerciais, políticos e administrativos do pequeno núcleo dirigente de sua sociedade, entre os quais os Monjardins tinham um papel de destaque [...] (SANTOS, 2005, p. 61).

Seria a partir dos núcleos pioneiros de Santa Isabel e mais particularmente de Santa Leopoldina que seria ocupada toda a região central da província e as regiões entre Santa Teresa e Colatina com o estabelecimento de núcleos coloniais.

Em linhas gerais, Santos conclui que, mesmo com poucos resultados, criou-se uma verdadeira obsessão pela ligação entre Espírito Santo e Minas Gerais e é ela que está na origem do sistema ferroviário surgido no fim do século XIX e início do XX entre estes estados; foi naquele momento também que se consolidou a ideia de imigração estrangeira para o desenvolvimento da capitania abraçada pela pequena elite local; quando se criaram as bases para o inexorável processo de “[...] ocupação, aproveitamento econômico e repovoamento, e *porque não dizer de desmatamento e destruição dos imensos sertões montanhosos [...]*” (SANTOS, 2005, p. 63-64).

Há que se destacar também a importância da pequena elite local da igualmente pequena vila de Vitória em buscar a afirmação de sua *capitalidade* e centralidade, objetivo este que influenciou as escolhas feitas à época, como exemplo, a dos locais de instalação dos núcleos coloniais (SANTOS, 2005, p. 64-65).

Em continuação as suas pesquisas quanto à formação do pensamento político capixaba, Estilaque Ferreira dos Santos, em produção mais recente a ser publicada, delinea as ligações entre a imprensa, o comércio e o poder político regional, procurando localizar no tempo em que momento de sua história o Espírito Santo

voltaria sua economia para o exterior tendo em perspectiva seus longos anos de “isolamento” (SANTOS, s/d).

Com a criação em 1882 do jornal “*Província do Espírito Santo*” por Muniz Freire e Cleto Nunes e a imbricação do jornal com a elite comercial, em particular a elite da cidade de Vitória, nascia um projeto de defesa e afirmação da província do Espírito Santo objetivando entre outras coisas a dinamização do processo de ocupação das terras devolutas da província, concomitantemente com incentivo da imigração estrangeira e da pequena propriedade e com a construção de infraestrutura de transportes, de armazenamento e comercialização dentro da Província do Espírito Santo e com outros estados, em especial Minas Gerais.

Em relação ao povoamento da província do Espírito Santo, a sua região central em particular, a elite política e comercial da capital teria influenciado na política de formação dos núcleos coloniais porque do desenvolvimento destes núcleos dependia o crescimento das atividades comerciais na própria capital. E sendo Vitória a sede do governo da província

[...] A pequena elite que nela se desenvolveu, muito bem representada por figuras como Muniz Freire, Cleto Nunes e Afonso Cláudio, via nesta política a oportunidade para o desenvolvimento do mercado e a ampliação dos seus negócios e, ao mesmo tempo percebia que só o aprofundamento da capitalidade e centralidade econômica de Vitória aliada à integração econômica do Espírito Santo permitiriam a realização destes objetivos (SANTOS, s/d, p. 16-17).

Este projeto seria a síntese feita por Muniz Freire, entre outros representantes da elite local, dos esforços que remontam ao início do século XIX com Silva Pontes, Francisco Rubim e Couto Ferraz e que agora, no ocaso do século XIX e início do século XX obtinha apoio até mesmo no campo político adversário – os conservadores (SANTOS, s/d, p. 13-14).

Contextualizando tal situação nos desdobramentos e motivações do declínio da defesa do regime monárquico pelas elites locais – como em outras unidades do Império -, ou seja, bem antes da proclamação da República, Santos conclui que

[...] os representantes deste pequeno capital comercial, fortalecidos pelos primeiros resultados do desenvolvimento da região Central, entusiasmados com as possibilidades de expansão do café nesta região e também em todo o estado, formulam um explícito projeto de

transformar Vitória num centro comercial exportador de café de porte nacional. Para a realização deste projeto, no entanto, esta pequena elite deparava-se com grandes obstáculos, entre os quais não era de menor importância a dependência em que se encontrava do centro político e econômico localizado no Rio de Janeiro, do qual dependiam os recursos necessários para a sua realização. O projeto político de Muniz Freire representa, neste caso, uma clara tomada de consciência das limitações e ao mesmo tempo das oportunidades que se abriam para sua promissora província (SANTOS, s/d, p. 17).

A fundação da Companhia Territorial de Colatina

Dos autores discutidos na primeira seção deste trabalho, todos são unânimes ao apontar a região do lado norte do rio Doce como uma área “*desabitada*” e ocupada em sua maior parte por exuberante floresta até a virada do século XIX para o XX, mesmo que tivessem ocorrido iniciativas de ocupação daquela região desde o século XVI e de forma mais articulada em início e ao longo do século XIX. As visões daqueles autores convergem ainda quando apresentam a construção da Estrada de Ferro Vitória a Minas como um importante dinamizador da região já na primeira década do século XX. Concordam também sobre a importância da cultura do café e da exploração madeireira para o avanço da população e da fronteira agriculturável ao norte do rio Doce. Consideram a construção da ponte sobre o rio Doce em Colatina como um importante marco da abertura e desbravamento das terras acima da margem esquerda daquele rio.

Entre os autores discutidos destacamos Vilma Almada, Nara Saletto, Luis Derenzi e, de forma bastante efetiva, Lucílio Rocha Ribeiro, que trazem a luz a criação de Companhias Territoriais e em particular a Companhia Territorial criada no governo de Nestor Gomes (1920-1924). Compartilhando a crença da importância da Companhia Territorial para expansão e desbravamento acima da margem esquerda do rio Doce, faremos considerações sobre a *Companhia Territorial de Colatina* a partir do que poderíamos chamar de sua “Certidão de Nascimento”.

Temos para a apreciação e análise, os documentos da *Companhia Territorial de Colatina* que foram publicados no periódico *Diário da Manhã* à época e que listamos em continuação: a “*Acta Inicial da Constituição*”; o Laudo de Avaliação dos bens que

compuseram o seu patrimônio inicial e que foi a parte do capital com que entrou o Banco do Espírito Santo para a fundação da companhia; a “*Escriptura*” prévia de constituição da sociedade celebrada entre o referido Banco e os demais acionistas; a constituição definitiva da Companhia com a “*Acta da Assembléa de Constituição Definitiva*” e os depósitos legais de seus documentos de fundação nos órgãos competentes, o que permitiria o seu funcionamento, a saber, o “*Archivamento no Cartório de Collatina*” e o “*Archivamento na Junta Commercial*” (Diário da Manhã, 25.09.1923, p. 5-9).

Os acionistas fundadores da sociedade anônima Companhia Territorial foram: majoritariamente o Banco do Espírito Santo, seguido pelo Governo do Estado do Espírito Santo e mais oito cidadãos: os senhores Jeremias Sandoval, Christiano Dias Lopes, Luiz Adolpho Thiers Vellozo, Antonio Pereira Lima, João Nunes Coelho, Matheus Vasconcellos, Amenophis Eulálio de Assis, Wlademiro da Silva Santos. Em seis de setembro de 1923, quando foi lavrada a “*Acta Inicial da Constituição*”, e em todo o processo de constituição, o Banco do Espírito Santo se fez representar por Argêu Hortencio Monjardim e Mário Fundão. O Estado do Espírito Santo se fez representar pelo Coronel Alziro Vianna, que era então o Secretário interino da Fazenda (Diário da Manhã, 25.09.1923, p. 5).

O Banco do Estado do Espírito Santo integralizaria suas ações com os seguintes bens imóveis:

a) 191.089 hectares de terrenos situados na margem norte do rio Doce, Município e Comarca de Collatina, possuídos primitivamente por Gabriel Emilio da Costa e Jean Zinzen, depois pela Societé Forestière et Industrielle de São Matheus e confrontando-se conforme consta do processo de medição effectuado pelo antigo Commissariado Geral de Terras do Espírito Santo, todos adquiridos pelo Banco de Estado do Espírito Santo, na forma das escripturas, lavradas, uma em notas do Tabellião doutor Wlademiro da Silva Santos, em 20 de julho de 1921, e outra em notas do Tabellião Eduardo Carneiro de Mendonça, em 6 de janeiro de 1923; b) um pequeno trecho de estrada de ferro, de bitola de sessenta Centímetros, com material rodante, edificios e dependencias, no valle do rio Mutum, que corre dentro dos terrenos referidos na alinea antecedente e que foram adquiridos da mesma Societé Forestière; c) varias pastagens e outras bemfeitorias situadas nos mesmos terrenos; d) 21800 metros quadrados de terreno na margem sul do rio Doce, em frente foz do rio Mutum. no districto de Vilia Mascarenhas, outr’ora pertencentes a José Affonso Alcantara e adquiridos da referida Societé Forestière, comprehendendo duas

torres e alguns materiaes da travessia, ahi projectada (Diário da Manhã, 25.09.1923, p. 5).

Nesta mesma “*Acta Inicial da Constituição*”, lavrada em seis de setembro de 1923, foram nomeados para executar a avaliação dos bens oferecidos pelo acionista Banco do Espírito Santo para compor o patrimônio da Companhia Territorial de Colatina, “os Senhores Doutores Antonio Francisco da Athayde, Oscar Baraúna e Laurentino Proença Filho”. A apreciação do laudo de avaliação seria feita em doze de setembro no mesmo cartório` (do Tabelião doutor Arabello Lellis Horta) para que fosse lavrada escritura prévia de constituição da referida companhia.

Ao se lavrar a *Ata inicial* em 06 de setembro, o acionista Banco do Estado do Espírito Santo declarou que já se encontrava devidamente autorizado para constituição da companhia e também para a integralização de suas ações através da cessão dos bens descritos, conforme Ata da Assembleia Geral daquele banco em 08 de agosto de 1923, publicada em 12 de agosto no “Diário da Manhã”. Declarou também, a existência de ônus sobre os bens que cedia a nova companhia e também um contrato de *exploração de madeiras* na região objeto da cessão com Chagas Lino & Cia:

declarando mais que sobre os referidos bens pesa ainda o onus de uma nota promissoria do valor de 400:000\$000 e juros de 6 % ao anno, datada de 21 de Julho de 1921 e vencivel em 30 de Abril de 1924, e de duas outras do valor de sessenta contos de réis cada uma, datadas de 4 de Janeiro do corrente anno e venceveis, uma em 4 de Janeiro de 1924 e outra em 4 de Julho tambem de 1924, todas emitidas pelo Banco do Espirito Santo a favor da dita Societé Forestière, e declarando mais que, nos termos de seu contracto com os senhores Chagas Lino & Comp., celebrado em notas do Tabellião doutor Wlademiro da Silva Santos, desta Cidade, a 8 de Novembro de 1922, cabe-lhes o direito ao uso de uma parte dos referidos terrenos para extracção de madeiras, mediante certa contribuição, tudo o que passará a cargo da Companhia que se está constituindo (Diário da Manhã, 25.09.1923, p. 5).

Em doze de setembro, o *Laudo de Avaliação*, foi analisado e aprovado, sendo o valor líquido encontrado a parte com entrou o Banco do Estado para a Companhia Territorial em formação como segue:

a) os 191089 hectares de terreno, com pastagens e bemfeitorias,, avaliados ao preço infimo de 20\$000 o hectare,—3.821:780\$000; b)0 pequeno trecho de linha ferrea, com os seus materiaes, edificios e

dependencias, avaliados por 50:000\$000; c) os 21300 metros quadrados de terreno, compreendendo as torres e materiaes da travessia. avaliados por 1:000\$000, tudo sommando 3.827:780\$000. Deduzindo-se, porém, desse montante, o onus das tres notas promissorias referidas, capital e juros, vencidos e a vencer, na cifra de 593:380\$000, tem-se o total liquido de 3.279:400\$000 (Diário da Manhã, 25.09.1923, p. 5).

Estando aprovado o laudo de avaliação que determinou o valor líquido dos bens com que entrou o Banco do Estado para a constituição do capital da Companhia Territorial, foi lavrada a escritura da fundação no cartório do Tabelião Arabello Lellis Horta, situado à Rua Muniz Freire, edifício do Fórum da cidade de Vitória.

Pelo accionista Banco do Espirito Santo, por seus mencionados representantes, em presença das mesmas testemunhas, me foi dito que, em consequencia do já deliberado e acceito pelos demais accionistas, transmite desde já á Companhia em constituição, pelo valor liquido total, constante do laudo de avaliação acima transcripto—tres mil duzentos e setenta e nove contos e quatrocentos mil réis (Rs. 3.279:400\$000)—e a ser representado pelo numero de acções correspondentes, todo o direito, posse, jús, dominio e acção que lhes assistiam sobre os mencionados bens, com todos os seus pertences, dependencias, direitos e servidões, entrados em tal forma para a citada Companhia em constituição, a qual ficará assim e para todos os efeitos emittida na posse e propriedade plenas dos mesmos bens, como legitima possuidora que fica sendo de todos elles, obrigando-se elle transmittente, por si e por seus successores, a todo o tempo, a fazer a presente alienação bôa, firme e valiosa, a responder pela evicção, como é de direito, e pela autoria quando e onde a ella fôr chamado, e a por a adquirente á paz e a salvo de quaesquer duvidas futuras, tudo por bem desta escriptura e da clausula coustitut, passando com os mesmos bens, para a referida Companhia, não só o encargo do capital e juros das notas promissorias mencionadas, como tambem os onus e vantagens decorrentes do contracto celebrado com Chagas Lino & Companhia, no cartorio do Tabellião, doutor Wlademiro da Silva Santos, desta Capital, a oito de Novembro de mil novecentos e vinte e dois, no que concerne ao aproveitamento de madeiras das mattas de parte dos terrenos descriptos (Diário da Manhã, 25.09.1923, p. 5-6).

Foi marcado para quinze de setembro, no mesmo cartório, reunião de todos os presentes para realizarem a assembleia de constituição definitiva, a definição e adoção de seus estatutos e a nomeação da primeira diretoria da Companhia.

Já em sua gênese, a companhia determinava a transitoriedade da sua sede, que seria inicialmente em Colatina e que posteriormente seria transferida para a Capital do Estado do Espírito Santo - Vitória. Tal mudança já era prevista em sua Ata inicial

de fundação e foi confirmada no próprio estatuto da empresa. Conforme o Estatuto, em seu capítulo I, ficou definido o nome Companhia Territorial, com a sede em Colatina até 30 de Junho de 1924, a partir desta data, conforme parágrafo único do artigo primeiro, a sede seria transferida definitivamente para a Capital – Vitória. Em Colatina, a Companhia manteria apenas uma agência enquanto existissem terrenos a vender. A companhia previa uma existência de 25 anos, podendo ser reduzido ou aumentado por deliberação da Assembleia Geral (Diário da Manhã, 25.09.1923, p. 6-7).

A mudança da sede para a Capital não ocorreu de acordo com o previsto no artigo segundo e seu parágrafo único do estatuto. Na Assembleia Geral de 31 de julho de 1924, com Ata publicada no “Diário da Manhã” em 15 de agosto do mesmo ano, a mudança da sede passou a ser uma opção futura permitida pelo Estatuto e não mais uma determinação. O artigo segundo passou a ser

[...] - A Companhia continuará a ter a sua séde na cidade de Collatina, até trinta e um (31) de Dezembro de mil novecentos e vinte cinco (1925), podendo posteriormente ser transferida para cidade de Victória, Capital do Estado, se isso convier aos interesses da mesma Companhia [...] (Diário da Manhã, 15.08.1924, p. 7).

Nesta mesma Assembleia Geral foi substituída a Diretoria da Companhia e diminuído o seu mandato de quatro para dois anos e aumentado a gratificação do Diretor Secretário de quatro para seis por cento. A Diretoria renunciou e foram indicados e aceitos pela Assembleia os senhores Atílio Vivacqua e Ildefonso Ramos Carvalho de Brito, sendo o primeiro como Diretor Gerente e o segundo como Diretor Secretário (Diário da Manhã, 15.08.1924, p. 7).

Pelo determinado no Estatuto artigo terceiro, a existência da Companhia seria até 1948, podendo este prazo ser ampliado ou reduzido. Conforme podemos inferir por anotações do agrimensor Newton Neves Cunha em 16/09/1937, em um processo de terras número 9.841 do requerente Pedro Comério, dizendo que o terreno requerido estava em terras devolutas e “[...] fora da zona da extincta Cia territorial [...]” (Processo de Terras nº. 9.841) e pelas informações de Fausto Teixeira a Companhia seria extinta a pedido do Governo do Estado já em 1933, tendo uma duração efetiva de dez anos (TEIXEIRA, 1974, p. 22).

Os objetivos da companhia, aparentemente, sem maiores considerações, nos apresentam peculiares se vistos com mais cuidado. Deveria lotear e vender os terrenos que lhe pertenciam a partir da sua constituição e também adquirir novas áreas para lotear e vender da mesma forma (a vista ou em prestações). Poderia ou deveria colaborar com os governos, estadual e municipal de sua área de abrangência, e também *fomentar experiências de culturas* – como arroz, algodão – e *da pecuária*. Vale ressaltar que a exploração de indústria pastoril deveria ocorrer *próximo á Capital do Estado*, Vitória. Poderia também, conforme o item terceiro de seu artigo quarto (Objetivos), “*aplicar as suas disponibilidades em imóveis de renda, na Capital do Estado ou na séde dos Municipios onde operar, podendo revendel-os sempre que convier*” (Diário da Manhã, 25.09.1923, p. 7).

A companhia foi fundada, conforme determinava a Ata de constituição inicial e dada confirmação pelo artigo quinto do Estatuto, com um capital inicial de “3.400:000\$000, dividido em 17000 acções nominativas, do valor de duzentos mil réis cada uma”. O Capítulo IV do Estatuto que trata da Assembleia Geral segue a legislação então vigente sobre as sociedades anônimas e esclarece os direitos e deveres da Assembleia Geral que seria convocada ordinariamente nos meses de janeiro e julho de cada ano para a análise das contas do semestre anterior encerrado (Diário da Manhã, 25.09.1923, p. 7).

A Diretoria (Capítulo V – do Estatuto) era um órgão dirigente e administrativo composta por dois membros, um Diretor Gerente e um Diretor Secretário, eleitos pela Assembleia Geral, com exceção da primeira composição da Diretoria que seria nomeada pelos sócios fundadores. Também o primeiro Conselho Fiscal seria nomeado pelos sócios fundadores conforme o Estatuto da nova companhia em formação e os integrantes dos Conselhos Fiscais seguintes seriam eleitos pela Assembleia Geral. O artigo 27, parágrafo único, relativo repartição dos lucros normalizava que após a distribuição, se a cota de lucro destinada aos acionistas fosse maior de doze por cento ao ano, por deliberação da Assembleia Geral poderia “*o excedente ser retido e aplicado na constituição de um fundo especial, destinado a explorações novas*” (Diário da Manhã, 25.09.1923, p. 7).

Na *Assembleia de Constituição Definitiva* da companhia, em 15 de setembro de 1923, foram aprovados os estatutos, nomeados e aclamados por unanimidade os nomes dos integrantes da Diretoria e do Conselho Fiscal. Os vencimentos dos

diretores também foram determinados e aprovados na mesma Assembleia e são de Um conto de réis para o Diretor Gerente e oitocentos mil réis para o Diretor Secretário. Ficou da seguinte forma a composição da Diretoria e do Conselho Fiscal: a posição de *Diretor Gerente* foi ocupada por Argeu Hortencio Monjardim (advogado, residente na Capital) e para o cargo de *Diretor Secretário* foi nomeado Mário Fundão (guarda livros, residente na Capital); no Conselho Fiscal temos, como Titulares: José de Souza Monteiro (engenheiro, residente na Capital), Xenocrates João Calmon de Aguiar (advogado, residente em Colatina), Coronel Virgínio Calmon Ferreira Fernandes (capitalista, residente em Colatina); e como Suplentes: José Herman Tautpheos Bello (agrimensor, residente em Colatina), Armando Corrêa e Castro (agrimensor, residente em Colatina), Wlademiro da Silva Santos (advogado, residente na Capital) (Diário da Manhã, 25.09.1923, p. 8).

Nas Disposições Gerais do Estatuto da companhia, composta pelos artigos 29 e 30, existia a previsão da possibilidade de se instituir sorteio de *prêmios para estimular a venda dos terrenos* e a instituição de *seguro para quitação da dívida* de compra do terreno *em caso de falecimento do adquirente* (Diário da Manhã, 25.09.1923, p. 8).

Considerações Finais

É consenso entre os autores discutidos neste trabalho que a colonização e a ocupação do território do que é hoje o Espírito Santo ocorreu desde o início da chegada dos portugueses na primeira metade do século XVI e que as principais vias de penetração da região centro-norte do território foram os rios Piraquê Açu, Doce e São Mateus. E também assinalam a cultura do café como um fator preponderante para a ocupação do território capixaba.

O grande fluxo migratório para a região norte de descendentes de italianos e alemães de segunda e terceira geração também é aceito pela historiografia e acreditamos ser plausível a explicação sistematizada em trabalho de Borgo, Pacheco e Rosa (BORGO, PACHECO e ROSA, 1996, p. 74-75) de que esse fluxo migratório seria de um excedente populacional criado pelo elevado crescimento vegetativo das famílias de colonos somado à falta de terras disponíveis no sul do estado, agravados pelo costume dos imigrantes italianos, em particular, de apenas o filho mais velho herdar as terras da família.

São marcos considerados importantes para o processo de ocupação das terras situadas ao norte do rio Doce: a construção da ligação ferroviária entre Minas Gerais e Espírito Santo; a construção da ponte sobre o rio Doce em 1928 na cidade de Colatina e a criação Companhia Territorial de Colatina para a venda de lotes de pequeno porte e, conforme pesquisa de Vilma Almada, caracterizada pela predominância de pequenas propriedades na região do rio Doce associada a política de criação de companhias territoriais (ALMADA, 1993, p. 25 e 31).

A leitura da Ata inicial de constituição da Companhia Territorial de 06 de setembro de 1923 nos leva a acreditar no desmatamento da região de sua abrangência, porque sobre as terras que entraram como patrimônio da Companhia existia um contrato de exploração de madeiras com a empresa Chagas Lino & Cia que detinha “o direito ao uso de uma parte dos referidos terrenos para extracção de madeiras”, conforme declaração do acionista majoritário e cessionário das terras, o Banco do Espírito Santo (Diário da Manhã, 25.09.1923, p. 5).

Podemos apreender da leitura dos documentos relativos à criação da Companhia Territorial que a participação de figuras representativas da elite política e econômica de Vitória, como Argeu Monjardim e Mario Fundão que, apesar, ou por isso mesmo, da íntima ligação com o acionista majoritário Banco do Espírito Santo, foram aclamados como primeiros diretores da companhia e substituídos depois por Atílio Vivacqua e Ildefonso Ramos Carvalho de Brito.

As presenças destes representantes da elite política e econômica nos faz acompanhar a tese colocada pelas pesquisas de Estilaque Ferreira dos Santos – vistos na seção “Colonização, povoamento, vias de comunicação e elites locais” - nas quais, salvo engano, a ocupação do território capixaba estaria ligada ao desenvolvimento da centralidade e *capitalidade* de Vitória a partir do crescimento econômico a sua volta e o seu próprio e com a ligação com o território mineiro, que de forma incipiente manifesta-se nas iniciativas de Silva Pontes, Francisco Rubim e Couto Ferraz na primeira metade do século XIX e seria mais bem sistematizada e sintetizada por Muniz Freire e outros políticos aliados ao uso da imprensa a partir do ano de 1882.

Somadas as evidências mostradas no trabalho de Santos, temos em março de 1890, a transferência da sede da Comissão de Medição de Terras e Colonização na ex-

colônia de Santa Leopoldina para Linhares, mesmo com opinião contrária a medida que punha em risco a saúde dos imigrantes e privilegiava “*tentativas duvidosas, ou de experiências*” do governo conforme “Manifesto” do Sr. Antônio Francisco de Athayde, publicado na imprensa quando da sua renúncia ao cargo de engenheiro da referida Comissão em protesto a transferência da sede para Linhares (RIBEIRO, 1996, p. 64-65).

Em continuação já avançando no século XX, acompanhando a leitura do trabalho de Nara Saletto que destaca as tentativas do governador Jerônimo Monteiro em sua busca para superar o “*isolamento*” do Espírito Santo mas, sem sucesso porque tanto ele como o governador Muniz Freire governaram em um tempo de penúria da receita fiscal devido a debilidade da economia capixaba que tinha um baixo potencial de acumulação. E seriam estes os problemas que estes dirigentes procuravam resolver, segundo Saletto. Para ela, este *círculo vicioso* seria rompido nos anos de 1920 com a alta do preço do café permitindo as ações dos governos de Nestor Gomes e o de Florentino Avidos (SALETO, 1996, p. 35). E conforme vimos, foi no governo de Nestor Gomes que se criou a Companhia Territorial de Colatina, objeto deste estudo.

Queremos inserir estas ações dentro da visão do projeto defendido e sistematizado por Muniz Freire, em consonância com a elite comercial da capital, a de transformar Vitória em um centro comercial exportador de café de porte nacional fortalecendo a sua centralidade e *capitalidade* em detrimento do domínio do Rio de Janeiro. Para tanto era necessário desenvolver o estado do Espírito Santo como um todo e aproximar-se, colocando a cidade de Vitória como opção de centro exportador, das regiões em desenvolvimento.

Em nosso entendimento, a criação da Companhia Territorial de Colatina, que atuaria como uma empresa para o fomento e a criação de infraestrutura além da venda dos lotes e que se estenderia a outros municípios além de Colatina, conforme visto pela leitura dos documentos de sua fundação, servia a um projeto maior cujo objetivo era desenvolver e consolidar a centralidade e *capitalidade* da cidade de Vitória.

Sobre os Autores

Estilague Ferreira dos Santos possui graduação em História pela Universidade de São Paulo (1977), mestrado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (1987) e doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo (1997). Fez Pós-Doutorado na Universidade de Lisboa (Portugal). Aposentou-se como Professor Associado pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Publicou várias obras e trabalhos sobre História do Brasil e do Espírito Santo.

Helmo Ballarini é mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Licenciado, Bacharel em História e com Especialização em História Social do Brasil pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), e-mail: helmoballarini@gmail.com.

Referências

Fontes

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo:

- Microfilmes do periódico **Diário da Manhã**, páginas 5 a 9 de 25.09.1923.
- Microfilmes do periódico **Diário da Manhã**, páginas 5 a 7 de 15.08.1924.
- Microfilmes do **Processo de Terras nº. 9.841**.

Bibliografia

ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. *Estudos sobre Estrutura Agrária e Cafeicultura no Espírito Santo*. Vitória: SPDC/UFES, 1993.

BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. *Esforço Industrial na República do Café: o Caso do Espírito Santo 1889/1930*. Vitória: 1982.

_____. *A Formação Econômica do Espírito Santo: O Roteiro da Industrialização – Do Engenho às Grandes Indústrias (1535-1980)*. Rio de Janeiro: Editora Cátedra, 1987.

_____. *Estudos históricos do Espírito Santo*. Vitória: IHGES, 2006.

BORGIO, Ivan Anacleto Lorenzoni, PACHECO, Renato José Costa e ROSA, Léa Brígida Rocha de Alvarenga. *Norte do Espírito Santo: Ciclo Madeireiro e Povoamento*. Vitória: Edufes, 1996.

- DERENZI, Luiz Serafin. *Os italianos no Estado do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.
- RIBEIRO, Lucílio da Rocha. *Contribuição à história da imigração italiana no município de Colatina*. Vitória: Ed. do autor, 1996.
- ROSA, Lea Brígida Rocha de Alvarenga. *Uma Ferrovia em Questão: a Vitória a Minas 1890 / 1940*. Vitória: UFES, 1985.
- SALETTTO, Nara. *Trabalhadores Nacionais e Imigrantes no Mercado de Trabalho do Espírito Santo (1888-1930)*. Vitória: EDUFES, 1996.
- SANTOS, Estilaque Ferreira dos. *Vias de comunicação, conquista territorial e colonização estrangeira no Espírito Santo do séc. XIX: a gênese do pensamento político capixaba*. In: Dimensões – Revista de História da Ufes, número 17. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2005.
- _____. *Imprensa, comércio e poder político regional: o projeto de Muniz Freire para o Espírito Santo (1882 -1889)*. Vitória: A ser publicado, s/d.
- TEIXEIRA, Fausto. *Colatina ontem e hoje*. Colatina: Imprensa Oficial Municipal/FAFIC, 1974.